



## PROJETO DE LEI Nº 1.494, DE 2021

(Apensado: PL nº 3.385, de 2023)

Tipifica a prática de zoofilia como crime de maus-tratos.

**Autores:** Deputados FRED COSTA (PL nº 1.494/2021), DELEGADO MATHEUS LAIOLA e DELEGADO BRUNO LIMA (PL nº 3.385/2023)

**Relator:** Deputado MARCELO QUEIROZ

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe de iniciativa do ilustre Deputado Fred Costa, tipifica como crime de maus-tratos a prática de zoofilia. O texto altera o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais incluindo a zoofilia no rol de atos praticados contra animais e com pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

Encontra-se apensado a ele o Projeto de Lei nº 3.385, de 2023, de iniciativa dos nobres Deputados Matheus Loiola, Bruno Lima e Fred Costa. Este projeto, por sua vez, inclui um novo dispositivo à Lei de Crimes Ambientais para considerar o ato libidinoso com animais como crime, com pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa. Outrossim, insere a zooerastia como crime passível de prisão temporária, prevista na Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989.

Os autores justificam ambos os projetos como um avanço à legislação infraconstitucional de proteção aos animais que são seres sencientes, porém são indefesos e incapazes de se defenderem de atos e condutas praticadas pelo ser humano.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposição foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (mérito e art. 54, RICD). Quanto ao regime de tramitação, foi aprovado requerimento de urgência, de acordo com art. 155 do RICD, pelo Plenário desta Casa.

É o Relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Considerando o caráter urgente atribuído à matéria pela Câmara dos Deputados, fomos designados pelo Presidente para dar parecer de Plenário pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania ao PL nº 1.494, de 2021, e seu apensado.

No tocante à constitucionalidade, à juridicidade e à boa técnica legislativa, entendemos que não existem reparos a serem feitos. Os projetos estão em linha com os mandamentos do nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito, não resta dúvida sobre a importância e relevância do tema. A legislação de proteção aos animais vem sofrendo avanços ao longo dos últimos anos, cabendo ressaltar a recente Lei nº 14.064, de 2020, que aumentou as penas de maus-tratos contra cães e gatos.

Contudo, um ato bárbaro e covarde como a zooerastia (ou zoofilia) até então não encontra tipificação clara na legislação, o que impede a punição legal daqueles que a praticam, em que pese a desaprovação social da referida conduta, a caracterização da zoofilia como crime ainda é bastante obscura.

A Carta Magna, em seu art. 225, § 1º, inciso VII, é clara ao incumbir o Poder Público na proteção da fauna, com vedação, na forma da lei, de qualquer prática de crueldade contra os animais. Como bem disseram os autores, é preciso avançar na legislação infraconstitucional.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os animais são capazes de sentir, de vivenciar sentimentos como dor, angústia, solidão, amor, alegria, raiva, entre outros. Contudo, eles não são capazes de consentir ou repelir certos atos praticados pelo ser humano. Da mesma forma que uma agressão, um ferimento ou uma mutilação, a prática da zoofilia não permite escolha do animal e explicita a sua submissão e fragilidade perante o ser humano. Cabe, portanto, uma ação mais dura do Poder Público para reprimir tais atos e criar instrumentos que possibilitem o cumprimento integral dos comandos constitucionais.

Neste contexto, apresento texto substitutivo que busca unir as ideias de ambos os projetos, acrescentando novo dispositivo à Lei de Crimes Ambientais para tratar da prática de ato libidinoso ou relação sexual com animal de qualquer espécie não humana, com pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa e proibição da guarda, podendo ser aumentada até o dobro caso ocorra a morte do animal. Também optamos por manter a alteração da Lei nº 7.960, de 1989, para inserir a zoofilia no rol dos crimes passíveis de prisão temporária.

Feitas essas considerações, parabenizamos os ilustres autores, Deputados Fred Costa, Delegado Bruno Lima e Delegado Matheus Laiola e todas as contribuições que tivemos para a elaboração do Substitutivo que ora apresentamos, entre as quais a fornecida pelo Dr. Vicente de Paula Ataíde Junior.

### II.I - CONCLUSÃO DO VOTO

Ante o exposto,

- no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.494, de 2021, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 3.385/2023, na forma do substitutivo ora apresentado;

- na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

nº 1.494, de 2021, e de seu apensado, Projeto de Lei nº 3.385/2023, e do substitutivo;

- e, no mérito, pela aprovação Projeto de Lei nº 1.494, de 2021, e de seu apensado, Projeto de Lei nº 3.385/2023, na forma do substitutivo em anexo.

Sala de Sessões,        de        de 2023.

Deputado **MARCELO QUEIROZ**  
Relator





## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.494, DE 2021

(Apensado: PL nº 3.385, de 2023)

Altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, para tipificar o crime de zoofilia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 32-A:

### **“Zoofilia**

*Art. 32-A. Praticar ato libidinoso ou ter relação sexual com animal de qualquer espécie não humana:*

*Pena – reclusão, de dois a seis anos, multa e proibição da guarda.*

*Parágrafo único. A pena é aumentada até o dobro se ocorre morte do animal.” (NR)*

Art. 2º. O inciso III do artigo 1º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “q”:

“Art. 1º.....

.....

III- .....

.....





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*q) de zoofilia, previsto no art. 32-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.” (NR)*

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em        de        de 2023.

Deputado **MARCELO QUEIROZ**

Relator

Apresentação: 04/08/2023 15:26:56.167 - PLEN  
PRLP 1 => PL 1494/2021

PRLP n.1



\* C D 2 3 7 6 1 4 2 3 1 3 0 0 \*